

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE.
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOYCE ADRYELLE RODRIGUES LEITE

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE
CONTABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM RELAÇÃO
AO PROCESSO DE ADEÇÃO AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTABELECIDOS PELO IFAC: UM ESTUDO NO ESTADO DE ALAGOAS EM
2024**

MACEIÓ – AL
2024

JOYCE ADRYELLE RODRIGUES LEITE

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE
CONTABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM RELAÇÃO
AO PROCESSO DE ADEÇÃO AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTABELECIDOS PELO IFAC: UM ESTUDO NO ESTADO DE ALAGOAS EM
2024.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas, Campus
A.C. Simões, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharelado em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. MSc. Érica Xavier de
Souza.

MACEIÓ – AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Jorge Raimundo da Silva – CRB – 1528

L533a Leite, Joyce Adryelle Rodrigues.

Análise da percepção dos profissionais da área de Contabilidade da Administração Pública Estadual em relação ao processo de adesão aos padrões internacionais estabelecidos pelo Ifac: um estudo no Estado de Alagoas em 2024 / Joyce Adryelle Rodrigues Leite, 2024.
60 f.

Orientadora: Érica Xavier de Souza.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 53-56.

1. Contabilidade Pública – Alagoas. 2. Harmonização Contábil. 3. Normas internacionais. I. Título.

CDU: 35(813.5)

JOYCE ADRYELLE RODRIGUES LEITE

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE
CONTABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM RELAÇÃO
AO PROCESSO DE ADEÇÃO AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTABELECIDOS PELO IFAC: UM ESTUDO NO ESTADO DE ALAGOAS EM
2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis, Campus A.
C. Simões, como requisito para à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MsC. Érica Xavier de Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Profa. Msc. Katiane do Nascimento Tavares Pinho (Examinadora Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Profa. Esp. MARIA LUCIANA DE MENEZES BANDEIRA (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

À família, com gratidão por seu apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir que tudo isso acontecesse, por ter me abençoado com saúde e força para lutar pelos meus sonhos e superar as dificuldades.

Aos meus pais, Sílvio César e Simone Rocha por toda a estrutura necessária para me tornar quem sou hoje, por acreditarem em mim, em meus objetivos e não medir esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Obrigada pela confiança e amor que me fortalece todos os dias.

Ao meu esposo, Esdras, pelo apoio, compreensão, ombro amigo e amor sempre disponíveis. Por nunca ter medido esforços para me ajudar, pelo incentivo e força todas as vezes que pensei não ser capaz.

Aos amigos de classe, os quais pude desfrutar momentos de descontração, aprendizado, motivação e amizade, o meu muito obrigado por contribuir para a pessoa que sou hoje, por torcerem por mim e me incentivarem não só na vida profissional, mas em todos os assuntos.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho, Bruna, por ter contribuído significativamente com minha formação pessoal e profissional, pela compreensão e companheirismo conquistando um espaço no meu coração. Clezivaldo e Francisca pela contribuição em minha formação profissional, pelo auxílio e paciência.

À minha orientadora Érica Xavier de Souza, agradeço o suporte para realização deste trabalho.

Por fim, agradeço aos meus professores na minha jornada acadêmica. A todos, minha sincera gratidão.

RESUMO

O estudo sobre as inovações da contabilidade aplicada ao setor público analisa as recentes mudanças nas normas contábeis e como os contadores têm se adaptado a estas transformações. Com a implementação de novas legislações e diretrizes contábeis, como a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), os profissionais da área enfrentam o desafio de atualizar suas práticas e conhecimentos. Diante deste contexto, este trabalho busca realizar um estudo sobre como os profissionais contábeis percebem as alterações trazidas pela convergência ao padrão internacional da contabilidade aplicada ao Setor Público. Tendo como questão problema identificar qual a percepção dos profissionais da área de contabilidade da administração pública estadual em relação ao processo de adesão da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFAC (International Federation of Accountants)? Buscando responder a esta pergunta realizou-se uma pesquisa descritiva e qualitativa, tendo como universo os profissionais da Contabilidade que atuam à frente das Gerências Executivas de Contabilidade e Finanças nos Órgãos Executivos do Estado de Alagoas no ano de 2024, num total de 24 profissionais. Utilizou-se um questionário para coletar os dados da pesquisa, ele foi aplicado eletronicamente. Como resultado do estudo tem-se que a maioria dos respondentes afirmaram que a implantação das NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) trouxe benefícios para a contabilidade aplicada ao setor público, e que representou um marco para o setor.

Palavras-chave: ContabilidadePública, harmonização Contábil; normas internacionais.

ABSTRACT

Currently with increased competitiveness, markets are becoming increasingly close. Thus, the world undergoes a pressing need for information that supports decision-making, not only in the private sector, but also within the public sector. In this context, public accounting has an important role to play, record and demonstrate budgetary, financial, equity and potential situations aspects, but for that information to be useful, must be comparable, representative, reliable and timely. A public accounting is undergoing a process of change with the adoption of the harmonization and convergence of international accounting standards process, information become more transparent and understandable attempt to improve the quality of accounting information. Against this backdrop, this study aims to determine the degree of students' knowledge of past periods of Accounting course at the Federal University of Alagoas in relation to such changes, through exploratory research. The results of the application procedures for this study, using the techniques of literature and field research, applied through a questionnaire reveal that students' level of discernment is unimpressive and needs greater coverage by the University, so that they become competent professionals in the future.

Key words: *Public Accounting; Accounting harmonization; International Standar*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	29
Quadro 2 - Relação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	31
Quadro 3 – Estudos anteriores sobre Gestão Fiscal	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos Respondentes	41
Gráfico 2 - Faixa Etária dos Respondentes	41
Gráfico 3 - Tempo de Atuação dos Respondentes	42
Gráfico 4 - Cargo/Função de Atuação dos Respondentes	42
Gráfico 5 - Preparação antecipada dos Respondentes	42
Gráfico 6 - Formação de Grupo de Trabalho (GT) pela instituição	43
Gráfico 7 - Participação em Processo de Convergência às Normas Internacionais do IFAC ..	43
Gráfico 8 - Nível de Conhecimento dos Respondentes Sobre o Processo	43
Gráfico 9 - Participação em Alguma Capacitação Sobre a Implantação.....	44
Gráfico 10 - Capacitação foi Suficiente Para Esclarecimentos	44
Gráfico 11 - Percepção de Otimização nos Processos Contábeis, após Implementação.....	44
Gráfico 12 - Entrevistados Respondem Que Houve um Avanço No Setor Público Dentro Da Contabilidade Pública.....	45
Gráfico 13 - As aplicações das NBCASP é uma meta difícil de ser alcançada	45
Gráfico 14 - As NBCASP conseguirão melhorar a qualidade da informação contábil.....	46
Gráfico 15 - O sistema/programa de contabilidade utilizado atende as mudanças exigidas pela NBCASP.....	46
Gráfico 16 - NBCASP trouxeram muito mais atividades/responsabilidades para o profissional contábil no setor público.....	46
Gráfico 17 - As aplicações das NBCASP serão úteis para a gestão pública	47
Gráfico 18 - As NBCASP tornam as demonstrações financeiras mais comparáveis em todo mundo	47
Gráfico 19 -As NBCASP contribuem para melhor transparência e confiabilidade das demonstrações contábeis	47
Gráfico 20 - As NBCASP representam o marco de uma nova contabilidade pública	48
Gráfico 21 - As aplicações das NBCASP vão reduzir as atividades ilegais, especialmente fraudes	48
Gráfico 22 - As mudanças em função da NBCASP valorizarão o profissional de contabilidade	48
Gráfico 23 - O processo de mudança para adequação das NBCASP tornou o trabalho do profissional mais complexo	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARF - Anexo de Riscos Fiscais
AMF - Anexo de Metas Fiscais
CFC - Conselho Federal de Contabilidade.
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
IAS *International Accounting Standards*.
IASB - *International Accounting Standards Board*.
IBRACON Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFAC *International Federation of Accountants*.
IFRS - *International Financial Reporting Standard*.
IPSAS *International Public Sector Accounting Standard*.
IPSASB - *International Public Sector Accounting Standards Board*.
LC –Lei Complementar
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.
MCASP - Manual de Contabilidade aplicada ao setor público.
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.
MF –Ministério da Fazenda
NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público.
NICSP - Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público.
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
PPA - Plano Plurianual
PSC - *Public Sector Committee*.
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICSP - Subsistema de Informação de Custos do Setor Público.
STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
UFAL – Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2. OBJETIVOS	14
1.2.1. Objetivo Geral	14
1.2.2. Objetivos Específicos	14
1.3. JUSTIFICATIVA	15
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E LEGAL DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)	17
2.1.1. Aspectos Gerais e Conceituais	17
2.1.2. Aspectos Legais	18
2.2. PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO-NBCASP	21
2.2.1. Evolução do Processo de Convergência das NBCAP	22
2.2.2. Objetivos e Benefícios da Convergência das NBCASP	24
2.2.3. Mudanças nas NBCASP pela Adoção do Processo de Convergência.....	25
2.2.4. International Federation of Accounts (IFAC)	27
2.2.5. International Public Sector Accounting (IPSAS)	28
2.3. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP)	30
2.4. MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP)..	33
2.5. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP)	33
2.6. ESTUDOS ANTERIORES SOBRE GESTÃO FISCAL	35
3. METODOLOGIA.....	38
3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	38

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	39
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	39
3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	39
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	41
4.2 LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO QUANTO A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO E O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APENDICE A – Formulário de Coleta de dados	57

1 INTRODUÇÃO

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A convergência às normas internacionais representa um grande marco para a contabilidade no Brasil, tanto para a contabilidade aplicada ao setor privado como ao setor público.

No setor privado esse processo foi concluído ao final de 2010, com as alterações inseridas pelas Leis Nº 11.638/2007 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e também estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras e pela Lei nº 11.941/2009, que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários e concede remissão nos casos em que especifica, além de instituir regime tributário de transição (BRASIL, 2009).

Quanto ao setor público, às mudanças iniciadas desde o ano de 2007, foram implementadas inicialmente pelo governo Federal e de forma gradativa pelos governos Estadual e Municipal, estando prevista para o ano de 2015 a finalização do processo por todos os entes da administração pública obrigados a apresentarem seus demonstrativos dentro dos novos modelos adotados.

As IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*), correspondem as normas internacionais de contabilidade direcionadas ao setor público, criadas para melhorar a transparência, a responsabilidade e a comparabilidade das informações financeiras apresentadas por entidades governamentais e organizações do setor público.

Portanto, as inovações implementadas durante o processo de convergência no Setor Público exigem um entendimento da legislação e um acompanhamento sistêmico das alterações que surgem continuamente. Assim sendo, o profissional contábil deve buscar um aperfeiçoamento contínuo do conhecimento das normas contábeis explícitas na legislação para poder extrair a sua verdadeira essência e aplicá-las no cotidiano das entidades que compõem o Setor Público. Porém, ressalta-se que esta situação inclui não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades de comunicação e negociação, para poder influenciar e orientar as decisões estratégicas da instituição.

Uma expectativa se depositou na convergência para as normas contábeis aplicáveis ao setor público, mas existiram obstáculos a serem vencidos, peculiares ao setor. Diversos fatores institucionais puderam influenciar positivamente ou não na adoção das normas em sua

plenitude. Seguindo o arcabouço teórico de Soares e Scarpin (2010), as convergências às normas foram implementadas de forma gradual, considerando as diversas limitações impostas pela administração pública brasileira, que revelam uma cultura predominantemente focada no orçamento e a dificuldade de ajustar os sistemas de informação aos padrões exigidos pelos registros contábeis modernos.

Para o Profissional Contábil, as mudanças ensejaram um desafio, uma vez que necessitou de adequação a uma nova realidade de exigências, o que requer do profissional que atua na área pública uma participação nas decisões no âmbito estratégico da instituição.

Diante deste contexto, este trabalho busca fazer um estudo sobre como os profissionais contábeis percebem as alterações trazidas pela convergência ao padrão internacional da contabilidade aplicada ao Setor Público.

O problema central deste estudo é a seguinte questão: Qual é a percepção dos profissionais da área contábil da administração pública estadual em relação ao processo de adesão da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFAC?

1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECIFICOS

Para responder o problema proposto, foram definidos os seguintes objetivos:

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é investigar a percepção dos profissionais da área de contabilidade da administração pública estadual em relação ao processo de adesão da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFAC.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral é necessário conduzir o estudo através de objetivos específicos, como segue:

- a) Identificar as mudanças propostas pelo processo de convergência;
- b) Investigar se o órgão ofereceu e/ou oferece treinamentos, palestras para atualizar o seu corpo técnico;
- c) Buscar saber se os respondentes participaram ativa ou passivamente do processo de convergência no seu órgão de origem;

1.3. JUSTIFICATIVA

A convergência contábil é um assunto em constante evidência e ascensão na atualidade, em face das mudanças ocorridas no mundo econômico em decorrência das competições empresariais internacionais. Em sua definição, o termo “convergência” significa o processo de aproximação, ao longo do tempo, de conjuntos de normas que se disponham a mensurar a mesma variável (Lemes; Carvalho, 2009).

Desta feita, se faz necessário, também, aprofundar um entendimento acerca do estudo destas transformações ainda no período acadêmico, pois a disseminação é um de seus primeiros passos e objetivos para inserir o país e a área da contabilidade aplicada ao setor público no processo de convergência às normas internacionais. Logo, para Lemes e Oliveira (2011), um dos objetivos do processo de convergência contábil é a integração das práticas contábeis entre os países para atender a necessidade de informação contábil, especialmente, por parte dos mercados financeiros.

Com o objetivo de aprofundar mais os conhecimentos e o aprendizado inerentes às mudanças pelas quais passaram e ainda estão passando a contabilidade aplicada ao Setor Público, resolve-se realizar uma pesquisa de campo para mapear a percepção de conhecimento dos profissionais da contabilidade que atuam no setor público do estado de Alagoas sobre as mudanças inseridas na contabilidade aplicada ao setor público.

O propósito desta pesquisa é apresentar de maneira clara e concisa informações que evidenciem o novo contexto no qual o gestor público deve operar. É essencial que os entes públicos forneçam informações contábeis transparentes e comparáveis, compreendidas por todos os usuários, independentemente de sua localização ou origem.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho acadêmico está organizado em cinco capítulos distintos, cada um com uma função específica na estruturação e desenvolvimento do estudo.

O primeiro capítulo, intitulado Introdução, oferece uma visão geral do tema abordado, define o problema de pesquisa, estabelece os objetivos do estudo e apresenta a justificativa para a realização da investigação.

No segundo capítulo, é realizada uma revisão abrangente da literatura existente, na qual são discutidos e correlacionados os principais tópicos e temas relevantes para o estudo.

O terceiro capítulo detalha a metodologia empregada na pesquisa, descrevendo o tipo de pesquisa adotado, os métodos e técnicas utilizados, bem como os procedimentos metodológicos empregados para responder adequadamente ao problema de pesquisa.

O quarto capítulo se dedica à análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, oferecendo uma interpretação detalhada das descobertas.

Finalmente, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do estudo, discutindo as conclusões gerais e as limitações da pesquisa, além de sugerir possíveis direções para investigações futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E LEGAL DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)

2.1.1. Aspectos Gerais e Conceituais

A contabilidade, conforme estudiosos, é tão antiga quanto à origem do homem na face da terra e seu surgimento se deu à medida que o homem adquiriu um patrimônio e sentiu a necessidade de criar procedimentos para quantificar e avaliar suas posses. Dessa forma, entende-se que a Contabilidade surgiu a partir da necessidade do proprietário da riqueza em avaliar e controlar seu patrimônio (Marion, 2005).

Segundo Franco (1997, p.21):

A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Logo, o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio público e seu objetivo é fornecer informações fidedignas e tempestivas sobre o patrimônio e sobre o resultado da entidade aos diversos usuários da informação contábil, buscando satisfazer as suas necessidades. Nesse aspecto, vale salientar que, fundamentalmente, a Contabilidade deve propiciar condições para que a administração possa tomar decisões racionais para preservação, ampliação do patrimônio e continuidade da entidade.

Nesse sentido pode-se dizer que contabilidade pública é o conhecimento especializado da ciência contábil, no processo gerador de informações, para a tomada de decisões, que atendam aos princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, aprovados pelo CFC, direcionados ao controle patrimonial das entidades públicas.

Para Carvalho (2010, p.192):

A Contabilidade Pública tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Em razão da sua ligação muito mais forte com o orçamento público do que com o patrimônio (como ocorre na contabilidade tradicional), a contabilidade pública tem muitas características próprias e peculiares, por isso que sobre a nova contabilidade pública, um dos pontos centrais da transição foi justamente a mudança do enfoque contábil, voltado do controle orçamentário para uma contabilidade pública patrimonial (Darós; Pereira, 2009).

Seguindo essa linha de pensamento, Lima e Castro (2007), esclarecem:

A Contabilidade Pública tem existência jurídica, em nosso país, por sede na Constituição Federal que, em seu art. 165, § 9, estatui que lei complementar estabelecerá normas para gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para instituição e funcionamento de fundos. Lima e Castro (2007, p. 04).

De acordo com Mathias (2006, p. 231), "o campo de aplicação da Contabilidade pública é restrito à Administração pública direta e indireta, nos seus três níveis de governos: federal, estadual, municipal e suas respectivas autarquias e fundações."

Segundo Lima e Castro (2007, p. 02), "no Brasil a Contabilidade Pública também é aplicada às entidades privadas que são financiadas por contribuições para fiscais, a exemplo das organizações do Sistema S (Sesi, Senai, Senac, Senar e similares)".

Carlin (2008, p. 1), acredita que:

A Contabilidade pública tem como principal função social servir de instrumento de controle por parte da sociedade no acompanhamento das políticas públicas, baseadas na prestação de contas por parte dos gestores públicos e na correta aplicação dos recursos públicos.

2.1.2. Aspectos Legais

Nesta seção apresenta 3 (três) legislações que normatizam procedimentos voltados para a contabilidade pública, assim como para procedimentos fiscais, de transparência e prestação de contas. Em especial serão abordadas a lei complementar Nº 4.320/64, lei complementar Nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Lei complementar Nº 131/2009

A legislação Nº 4.320/64, é um dispositivo legal que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e também definiu critérios de registros patrimoniais pelo regime contábil de competência para a Contabilidade Pública no Brasil. Para Mota (2009, p.11) "É a norma em vigor de maior importância no que diz respeito à definição de procedimentos específicos para a contabilidade das entidades do setor público"

A lei supracitada mostra a importância do controle do orçamento, dando enfoque prioritário a este tema e ainda definiu que as demonstrações tivessem como base a

contabilidade. As informações deverão ser expostas através dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensações.

Sabe-se que a Administração pública deve seguir as diretrizes da Lei do Orçamento, que dispõe sobre a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do governo, obedecendo aos princípios orçamentários de Unidade, Universalidade e Anuidade, conforme estabelece a Lei.

De acordo com Castro (2010, p. 103), “Os conceitos e regras contábeis começam no artigo 83 que diz que toda a citação de receitas ou despesas é feita com créditos orçamentários. Com isso, a cultura na área pública traduziu receita ou despesa como sendo fato orçamentário”

Nos artigos 2º ao 8º e do 22º ao 33º são tratados temas referentes à Lei Orçamentária, de modo a complementar o que explicita a constituição federal no artigo 165. Os artigos 2º ao 8º criam os mecanismos necessários para elaboração da Lei Orçamentária Anual nos âmbitos da União, Estados, DF e municípios, especificando os dispositivos presentes na lei, como por exemplo, o que integrará a LOA, bem como o que a acompanhará.

A LOA conterá a discriminação das receitas e despesas em seus valores totais, e poderá indicar novas fontes de recursos caso perceba que haverá um déficit financeiro (despesas superiores às receitas).

Os artigos 22º ao 33º tratam do conteúdo e forma da proposta de lei orçamentária. A LOA possui prazo para elaboração e caso sua proposta não tenha sido enviada ao legislativo nos prazos expedidos no art. 35 dos Atos e Dispositivos Constitucionais Transitórios ou nas Leis Orgânicas dos Municípios o poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como ficou conhecida essa lei, foi aprovada em 04 de maio de 2000, em obediência ao disposto no art. 163 da Constituição Federal é uma Lei importante no campo da gestão fiscal responsável e tem por objetivo equilibrar as contas públicas e estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Essa lei determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar e publicar relatórios e anexos com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos, e demonstrar para a coletividade a consecução das metas fiscais e a observância dos limites fixados pela lei.

Em síntese, a LRF regula, com detalhes, a gestão fiscal e patrimonial dos recursos públicos, cuidando da execução orçamentária, da transparência e, ainda, da fiscalização desses recursos, buscando mostrar equilíbrio e eficiência na aplicação desses recursos.

Conforme Fortes (2002, p. 168):

A lei de Responsabilidade Fiscal é um marco em matéria de finanças públicas no Brasil. Ela veio para provocar o início de uma mudança cultural na administração dos recursos públicos brasileiros. O administrador público acostumado com os desmandos e irresponsabilidades sem punibilidade passa a ter um instrumento que vem disciplinar às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, aplicada a todas as esferas de governo.

A LRF possui uma seção específica que trata da transparência na gestão fiscal (artigos 48; 48-A e 49). Entretanto, segundo Platt Neto *et al* (2007), a transparência pressupõe a publicidade e compreensibilidade das informações. Portanto, se a informação divulgada não for compreensível por seus diversos usuários, não atinge a transparência exigida pela LRF.

Uma das características fundamentais da LRF é o controle que passou a ser exercido com maior facilidade devido à introdução de novos relatórios de acompanhamento da gestão fiscal, que, além da obrigatoriedade de publicação, deverão estar disponibilizados na Internet (Khair, 2000).

Segundo Lopes (2000), “A Lei de Responsabilidade Fiscal estrutura-se em dois princípios fundamentais da administração, que são o planejamento e o controle, ambos estreitamente ligados ao gerenciamento de custos (gastos públicos)”.

Vale salientar que esta legislação dispõe no art. 1º, § 1º, que: a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A LRF busca reforçar a vinculação entre o planejamento e a execução do gasto público, tentando buscar o equilíbrio autossustentável das contas públicas e, ainda prevê, mecanismos de controle nas contas públicas e maior rigor na contratação de empréstimos ou assunção de dívidas.

Os instrumentos de planejamento preconizados na Lei Nº 4.320/1964, foram alterados na Constituição Federal/1988, através da inserção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da maior abrangência dada ao Plano Plurianual (PPA) e do detalhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) em orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos das empresas.

Enquanto a LRF/2000 manteve os instrumentos de planejamento definidos na CF/1988, entretanto, deu maior abrangência a LDO, através da inclusão e obrigatoriedade de

apresentação dos Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Um dos objetivos mais importantes desta lei é a Responsabilidade Social. A partir destes objetivos são previstas a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos do governo; a disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade e a emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

No que diz respeito às despesas, a Lei considera que toda e qualquer gasto que não esteja contemplada na LOA, PPA e LDO, bem como os dispêndios identificados como despesa obrigatória de caráter continuado, e suas medidas compensatórias, serão consideradas não autorizadas, irregular e lesiva ao patrimônio público.

A Lei Complementar Nº 131/2009, acrescenta dispositivos à Lei Complementar Nº 101/11, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e insere outras diretrizes, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, ou seja, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessárias ao seu pleno funcionamento, de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o objetivo de aumentar a transparência dos gastos públicos, permitindo o conhecimento e acompanhamento da sociedade.

Apesar de não apresentar mudanças tão significativas com relação à anterior, esta lei contribui para uma maior qualificação democrática dos Brasileiros, além de promover e desenvolver as noções de cidadania entre eles.

2.2 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO-NBCASP

O processo de convergência às normas internacionais foi uma verdadeira revolução para a contabilidade brasileira, ao redefinir a contabilidade aplicada ao setor público, para que fosse entendida como um ramo de conhecimento especializado da ciência contábil, que requer a aplicação de conceitos, princípios e normas contábeis, para propiciar a geração de informações úteis, tempestivas e confiáveis para a instrumentalização do controle social, dos gestores e a adequada prestação de contas, visando à transparência do patrimônio e da gestão pública.

Enfim, “a nova contabilidade pública” pode aumentar a transparência no setor público, principalmente para os usuários externos e para os usuários internos, gerando relatórios eficientes para a tomada de decisão econômica e traçar políticas públicas eficazes, além de auxiliar os entes públicos a cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como destaca o economista brasileiro Franco (2013), "a modernização da contabilidade pública é um passo essencial para a melhoria da governança e da transparência nas contas públicas, permitindo uma melhor avaliação das políticas econômicas e o cumprimento das obrigações fiscais".

2.2.1. Evolução do Processo de Convergência das NBCAP

Convergência significa o processo de adoção das normas e procedimentos contábeis internacionais em busca de informações padronizadas e de maior qualidade, para que haja comparabilidade da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades públicas nacionais e internacionais.

A internacionalização da contabilidade aplicada ao setor público iniciou-se com a IFAC em 1977, tendo como objetivo fortalecer mundialmente a contabilidade do setor público. As *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), conhecidas por Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (NICSP), são padrões internacionais de alta qualidade criadas para melhorar a elaboração de demonstrações contábeis das entidades que compõem o Setor Público, em que estes estabelecem regras de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação, alistadas a transações e eventos em demonstrações contábeis para fins gerais (Zeff, 2007).

A Resolução CFC n.º 1.103/07 criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio de uma reforma contábil e de auditoria que promova maior transparência das informações e aprimoramento das práticas profissionais, observando a convergência aos padrões internacionais (CFC, 2007a).

Esse comitê estava incumbido de traçar o plano de ação e coordenar o processo de convergência das normas brasileiras às internacionais nas áreas de Contabilidade societária, auditoria, Contabilidade pública e assuntos regulatórios.

De acordo com Silva (2008), o processo de convergência da Contabilidade Pública que está em desenvolvimento no país decorre de dois fatos relevantes, que são anteriores ao processo de convergência internacional, e fazem parte da realidade do setor público no Brasil: o primeiro é que a Contabilidade Pública brasileira está fortemente impregnada de conceitos de

natureza jurídica e, conseqüentemente, orçamentários; portanto, o que existe é uma Contabilidade Orçamentária e Financeira e inexistente uma Contabilidade Patrimonial, em que pese o teor da Lei n.º 4.320/64.

O segundo ponto é que, mesmo com a prática de uma Contabilidade Orçamentária e Financeira, observa-se que em cada órgão ou nível de governo, de norte a sul do país, há a aplicação de diferentes conceitos para os mesmos temas, especialmente após a Constituição da República de 1988 e a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Silva, 2008).

Diante desse contexto, o Brasil passará a adotar normas contábeis que forneçam orientação, conforme os Princípios de Contabilidade, enquanto continua a consolidar e integrar-se com as Normas Internacionais.

O segundo, porque, mesmo praticando uma Contabilidade Orçamentária e Financeira, o que se observa é que em cada órgão ou esfera de governo, de norte a sul do País, ocorre à utilização de diferentes conceitos para os mesmos assuntos, principalmente após a Constituição da República de 1988 e a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Silva, 2008).

Além de dar maior enfoque ao patrimônio, gerando assim informações mais confiáveis sobre os resultados alcançados e auxiliando na tomada de decisão, a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade tem como principal objetivo a redução das diferenças supracitadas. Diante disso, organismos profissionais, governamentais, e acadêmicos em nível mundial estão engajados na padronização de normas contábeis reconhecidas internacionalmente que, de acordo com Choi e Meek (2005), envolve a eliminação gradual das diferenças de práticas contábeis entre os países.

De acordo com Niyama (2007), a harmonização contábil é um processo pelo qual, vários países de comum acordo, realizam mudanças expressivas nos seus sistemas contábeis, tornando-os compatíveis, e respeitando as peculiaridades de cada região. Enquanto a convergência ocorre no nível dos emissores de normas, enquanto a harmonização visa aumentar a comparabilidade de relatórios contábeis entre os países.

Quanto ao processo de harmonização internacional, Sá (2010) acredita que, há pressões para universalizar normas de países anglo-saxões e critica esse modelo, por não estar, segundo o autor, baseado no método científico.

Em outra obra, Sá (2010, p. 44) aprofunda a crítica ao defender que:

A sujeição cultural a regras anglo-saxônicas acusadas de estarem a serviço de forças econômicas e de cederem a pressões políticas tirou das 'normas contábeis' o caráter de interpretação da ciência para transformá-las em determinações imperativas de natureza empírica.

Por outro lado, diversos autores são favoráveis à harmonização da contabilidade no setor público devido: à necessidade que os entes públicos têm de se financiar com terceiros, à demanda por comparabilidade entre a gestão financeira de diferentes entes públicos, à necessidade de avaliação de risco por parte de instituições internacionais, entre outros argumentos (Jesus, 2010). Trata-se, portanto, de posicionamentos ideológicos que impulsionam tal debate (Brusca e Condor, 2002).

Lopes *et al.*, (2010), ressalta que a contabilidade brasileira vem passando por grandes transformações, demonstrando o dinamismo e a capacidade da profissão contábil, em se adaptar aos movimentos da economia mundial globalizada, também no âmbito nacional, acompanhando o fortalecimento do mercado de capitais do País.

O desenvolvimento crescente de ações e de iniciativas com foco específico na Contabilidade Aplicada ao Setor Público é outra forte vertente dos rumos atuais. Vindo da sociedade brasileira o anseio por maior transparência na Administração Pública, a Contabilidade precisa cada vez mais responder a esse clamor, posicionando-se como um instrumento tecnicamente eficiente e capaz de servir à ética e ao controle social na gestão pública. (Lopes, 2010).

2.2.2. Objetivos e Benefícios da Convergência das NBCASP

O processo de convergência tinha como objetivo principal, modernizar os procedimentos contábeis, possibilitando a geração de informações úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social, aumentando a transparência das contas públicas.

De acordo com Feijó (2008), o objetivo da convergência no Brasil foi contribuir para o desenvolvimento sustentável no país, por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como o aprimoramento das práticas profissionais no âmbito do setor privado e do setor público.

O processo de convergência internacional das normas de contabilidade aplicadas ao setor público teve por finalidade aumentar a qualidade e a transparência das demonstrações contábeis do setor público, proporcionando melhores informações para a gestão pública e a tomada de decisão (IFAC, 2007).

São muitos os benefícios gerados com a adoção dos procedimentos e normas internacionais de contabilidade. Esse processo surge como um novo contexto para a contabilidade pública, onde o patrimônio ganha seu enfoque adequado e as informações passam a ser mais valorizadas pela gestão, além de adquirir mais transparência, para auxiliar o gestor no processo de tomada de decisão.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, 2013, são exemplos de benefícios:

A implantação de sistema de custos no Setor Público, conforme previsto na LRF, a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (consolidação nacional das contas dos entes da Federação), conforme previsto na LRF, além da racionalização e melhor gestão dos recursos públicos, assim como, o reconhecimento do profissional contábil no setor público.

Segundo Silva (2007), já se enfatizava a necessidade de centralização das normas, uma vez identificada uma discrepância nas terminologias e procedimentos utilizados pelos entes públicos nos registros das transações, o que prejudica um melhor entendimento dos demonstrativos. Somente com esta centralização, o autor destaca que a Contabilidade do setor público poderia se tornar a linguagem nacional dos negócios públicos.

2.2.3. Mudanças nas NBCASP pela Adoção do Processo de Convergência

A principal mudança trazida com o Processo de Convergência é a de enfoque, pois a Contabilidade Governamental passa a ter como foco o patrimônio público, ao invés do orçamento público, que foi historicamente muito vinculado realizando todos os registros necessários ao acompanhamento e gestão dos recursos públicos.

Isso significa que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público resgatará a sua essência, registrando os atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio público, sem descuidar, no entanto, dos registros orçamentários.

A tendência do processo foi tornar a Contabilidade Pública, em termos de técnicas e procedimentos, muito similar à Contabilidade Privada, onde todas as regras de mensuração e avaliação do setor privado passam a ser adotadas também na contabilidade aplicada ao setor público.

Para melhor entendimento, pode-se citar alguns exemplos:

- O regime contábil que passa do misto para o de competência. Já sob o enfoque orçamentário, o regime é misto, sendo o regime de caixa para a receita e regime de competência para a despesa.
- O sistema contábil passou a ser classificado em quatro subsistemas de informações contábeis: Orçamentário, Patrimonial e de Compensação e traz como inovação a criação do subsistema de Custos.
- Criou-se a necessidade de uma comparação entre as metas previstas e as efetivamente executadas, devendo ser apresentado em notas explicativas às diferenças significativas.

- Os atos e os fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público devem ser caracterizados como transações, e registrados contabilmente, observando-se os Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- Quanto ao reconhecimento e bases de mensuração aplicáveis aos registros contábeis, devem ser mensurados monetariamente e registrados integralmente pela contabilidade, no momento que ocorrem, qualquer transação no setor público que afetem, ou possam afetar no futuro, economicamente ou financeiramente, o patrimônio da entidade pública.
- As demonstrações contábeis capazes de cumprir evidenciação dos principais aspectos da gestão pública que passaram a ser elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público são:
 - a) Balanço Patrimonial;
 - b) Balanço Orçamentário;
 - c) Balanço Financeiro;
 - d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
 - e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
 - f) Demonstração do Resultado Econômico. (CFC 2008-J, item 3)
- Em relação ao Balanço Patrimonial, a NBC T 16.6 (CFC 2008-J, item 13) define que deve ser estruturado em contas classificadas em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, com o objetivo de evidenciar os aspectos qualitativos e quantitativos da situação patrimonial.
- Substituição dos termos usados até então para a classificação dos elementos patrimoniais, de
Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes para Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes, com base em atributos de conversibilidade, exigibilidade e interesse social, igualando-se à forma utilizada no setor privado.
- Indicação que a definição da vida útil econômica de um ativo, deve se basear em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.
- As despesas com pessoal são identificadas no orçamento no momento do empenho. Adotando o regime de competência para os registros contábeis patrimoniais, serão apropriadas mensalmente as despesas referentes a férias e 13º salário, uma vez que esses fatos já ocorreram e já são devidos, independentemente das questões orçamentárias, mostrando que nada mudou, tanto sob o enfoque contábil quanto o orçamentário.
- As receitas são reconhecidas para fins orçamentários no momento em que ocorre a arrecadação. Para a contabilidade, no momento do lançamento dos créditos do IPTU, por

exemplo, deverão ser reconhecidas as receitas, uma vez que já se tem o direito a receber os valores.

- Os registros da depreciação e amortização permitirão o conhecimento da real situação do patrimônio do ente público, estabelece que é obrigatório o reconhecimento e registro, com apuração mensal, dos seus efeitos no resultado do exercício como decréscimo patrimonial e em contas redutoras do ativo no Balanço Patrimonial. Determina, ainda, que o valor residual e vida útil dos ativos devem ser revisados e seus valores ajustados anualmente, até que o valor líquido contábil seja igual ao valor residual.
- Substituição da tabela fixa de depreciação elaborada pelos órgãos de Fiscalização. Quanto aos ativos que não estão sujeitos ao regime de depreciação, a NBC T 16.9 relaciona:
 - a) Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
 - b) Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
 - c) Animais que se destinam à exposição e à preservação;
 - d) Terrenos rurais e urbanos. (CFC 2008-M, item 12)

Estes são apenas alguns exemplos de como esse processo é importante e útil para os gestores e para a sociedade, porém as mudanças não são simples e para que sejam bem-sucedidas é necessário o envolvimento e o engajamento das diversas áreas, incluindo os gestores e autoridades públicas.

2.2.4. *International Federation of Accounts* (IFAC)

A Federação Internacional de Contadores, tradução dada a *International Federation of Accounts* – IFAC, é uma organização mundial que representa a profissão contábil, de natureza não governamental, sem fins lucrativos e não política. Conduz o processo de convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais.

Segundo Niyama (2010, p.42):

A IFAC é composta de 164 membros representando 125 países e quase 2,5 milhões de contadores que atuam na área pública, educação, indústria e comércio. Os membros da federação são organizações profissionais de contabilidade reconhecidas por lei ou consenso geral em seus países.

Como membro do Brasil no IFAC, O Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são membros do Brasil na IFAC, atuando com o compromisso de apoiar sua missão e seus programas.

Fundada formalmente em 1977, a IFAC, vem desde então liderando o processo de harmonização internacional, tendo como missão de servir ao interesse público pelo fortalecimento global da profissão contábil e contribuir para o desenvolvimento da economia internacional, estabelecendo e promovendo a adesão de normas profissionais de alta qualidade, ampliando a convergência internacional de tais normas e representando a profissão em questões de interesse público, contribuindo para a melhoria da informação contábil.

Em 1986 para viabilizar o processo de harmonização no setor público, a IFAC instituiu o *Public Sector Committee* (PSC), que em 2004 foi renomeado para IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*), um conselho independente com o objetivo de elaborar e publicar normas internacionais para o setor público, conhecidas por *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS.

2.2.5. *International Public Sector Accounting* (IPSAS)

IPSAS são Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo IFAC, utilizadas pelos países que aderiram ao processo de convergência das normas de contabilidade pública, na elaboração dos demonstrativos contábeis apresentados pelas entidades do Setor Público.

A tradução dessas Normas para o português foi uma ação necessária, no processo de convergência, estudo de grande relevância conduzido pelo Comitê Gestor da Convergência no Brasil, em uma ação conjunta com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independente do Brasil (Ibracon).

Os esforços empreendidos por estas entidades representam o coroamento dos esforços e ações realizadas pelo CFC com a cooperação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da sua Subsecretaria de Contabilidade, na busca da adoção, no Brasil, do novo modelo de Contabilidade Patrimonial, bem como da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Soares e Scarpin (2010, p.2) afirmam:

De modo geral, as IPSAS objetivam a harmonização dos critérios de reconhecimento de receitas e despesas, a avaliação de ativos e passivos, e

também a forma de evidenciação da apuração do resultado do exercício, da situação financeira e das mutações do patrimônio líquido.

Estão relacionadas no quadro 1, as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Quadro 1 - Relação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

IPSAS	DESCRIÇÃO
IPSAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.
IPSAS 2	Demonstração do Fluxo de Caixa.
IPSAS 3	Mudanças de Políticas, Estimativas e Erros.
IPSAS 4	Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio.
IPSAS 5	Custo de Empréstimos.
IPSAS 6	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas.
IPSAS 7	Investimentos em Controladas e Coligadas.
IPSAS 8	Investimentos em Empreendimento de Controle Conjunto (Joint Venture).
IPSAS 9	Receita de Transações com Contraprestação.
IPSAS 10	Relatórios Financeiros em Economias Hiperinflacionárias.
IPSAS 11	Contratos de Construção.
IPSAS 12	Estoques.
IPSAS 13	Arrendamento Mercantil.
IPSAS 14	Eventos Subsequentes.
IPSAS 15	Instrumentos Financeiros: Apresentação e Divulgação.
IPSAS 16	Propriedade para Investimento.
IPSAS 17	Imobilizado.
IPSAS 18	Informações por Segmento.
IPSAS 19	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
IPSAS 20	Partes Relacionadas.
IPSAS 21	Valor Recuperável de Ativos não Geradores de Caixa.
IPSAS 22	Divulgação de Informação Contábil sobre o Setor Governamental.
IPSAS 23	Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências).

IPSAS 24	Apresentação das Informações Orçamentárias nas Demonstrações Financeiras.
IPSAS 25	Benefício a Empregados.
IPSAS 26	Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa.
IPSAS 27	Ativo Biológico.
IPSAS 28	Instrumentos Financeiros: Apresentação.
IPSAS 29	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
IPSAS 30	Instrumentos Financeiros: Divulgação.
IPSAS 31	Ativos Intangíveis.

Fonte: Elaboração Própria adaptada da REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade– Vol. 1, no 1, p.21-38, Jan-Abr/2012, do site do Instituto IPSAS4, do site do CFC5 e de SILVA; NIYAMA, 2011.

2.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP)

Acompanhando a tendência mundial de aperfeiçoamento e modernização da contabilidade pública, o Ministério da Fazenda publicou em 25 de agosto de 2008, a portaria 184, considerada o marco inicial do processo de convergência da contabilidade governamental aos padrões internacionais.

A portaria dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos entes públicos em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes às IPSAS, publicadas pelo IFAC e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo CFC.

Como parte desse processo, a STN se apresenta como o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, para proceder no desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência da Contabilidade Pública Nacional às Normas Internacionais publicadas pelo IFAC e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo CFC. A STN edita anualmente o Manual da Contabilidade aplicada ao setor público (MCASP) com base nas IPSAS e nas normas do CFC, respeitando a legislação vigente. (PORTARIA MF 184/08).

Sobre a elaboração dos Manuais de Contabilidade Lima (2011, p. 340), afirma que:

Desde o ano de 2008, a STN vem publicando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), cujas partes, entre outras, abordam os Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCASP) e as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público

(DCASP). Em essência, os volumes contemplados no MCASP buscam migrar a cultura contábil orçamentária existente no Setor Público brasileiro para a cultura contábil patrimonial e contribuir para o processo de convergência aos padrões internacionais de Contabilidade.

Diante da tendência de modernização da contabilidade, como parte do processo de convergência da contabilidade pública brasileira às normas internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade publicou em 21 de novembro de 2008 as 10 primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que representam grande evolução para a contabilidade pública brasileira.

A NBCASP T 16.1, de Nº 1.121, editada em 28 de março de 2008, foi posteriormente alterada pela Resolução nº 1.268, de 10 de dezembro de 2009.

Estas Normas determinam regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados pelos Contadores, dispendo sobre a estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis, visando o cumprimento das determinações na Lei de Responsabilidade Fiscal, e das Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, trazendo inovações para o setor público.

A resolução CFC nº 1.366, de 25 de novembro de 2011, aprova a NBCT 16.11 que estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e é apresentado como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). O SICSP, obrigatório em todas as entidades do setor público, é responsável por registrar, processar e evidenciar os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública. A apuração de custos no setor público é uma importante ferramenta para tornar mais claras as contas públicas proporcionando maior transparência e prestação de contas, além de ser de grande relevância para fins gerenciais e de tomada de decisões.

O quadro 2 relaciona as 10 Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas em 2008 e a NBCT 16.11, sobre Custos no Setor Público, editada em 2011.

Quadro 2 - Relação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

RESOLUÇÃO CFC	NORMA RELACIONADA	REFERÊNCIA	CONTEÚDO
nº 1128/08	NBC TSP 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	Conceituação, o Objeto e o Campo de Aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público

nº 1129/08	NBC TSP 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis	Conceito de Patrimônio Público, sua classificação sob o Enfoque Contábil, o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil
nº 1130/08	NBC TSP 16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	Bases para o controle contábil do planejamento desenvolvido pelas Entidades do Setor Público
nº 1131/08	NBC TSP 16.4	Transações no Setor Público	Conceitos, natureza e tipicidades das transações no Setor Público
nº 1132/08	NBC TSP 16.5	Registro Contábil	Critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das Entidades do Setor Público
nº 1133/08	NBC TSP 16.6	Demonstrações Contábeis	Demonstrações Contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público
nº 1134/08	NBC TSP 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	Conceitos, abrangência e procedimentos para consolidação das demonstrações contábeis no setor público
nº 1135/08	NBC TSP 16.8	Controle Interno	Referências para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil
nº 1136/08	NBC TSP 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão	Critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão
nº 1137/08	NBC TSP 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	Critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público
nº 1366/11	NBC TSP 16.11	Norma de Custo	Conceituação, os objetivos, o objeto e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público

Fonte: **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade** – Vol. 1, no 1, p.21-38, Jan-Abr/2012, baseada no sítio eletrônico do CFC.

O intuito das NBCASP é dispor sobre as diretrizes a serem observadas pelo setor público, em relação a práticas, procedimentos, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de modo a torná-las convergentes aos padrões internacionais.

2.4 MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP)

Com o objetivo de reduzir divergências, e promover a transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos e do controle social, a Secretaria do Tesouro Nacional, elaborou o MCASP. Esse manual faz parte do Processo de Convergência da Contabilidade e é um dos itens da portaria 184/2008.

Este manual estabelece regras e procedimentos contábeis a serem observados pela Administração Pública, para todos os poderes e entes da Federação. Seu objetivo é padronizar os procedimentos contábeis colaborando com o processo de elaboração e execução do orçamento e dos registros patrimoniais, econômicos e financeiros, gerando informação útil para os usuários da informação contábil através de demonstrativos adequados aos padrões internacionais.

Desde que foi criado em 2008, ele foi reeditado, a cada ano, buscando-se inserir os aprimoramentos necessários, porém, a STN identificou a necessidade de torná-lo mais completo e prático. Então iniciou um processo de revisão, tanto de conteúdo quanto de forma, que visa atingir uma versão mais definitiva possível do MCASP, a ser publicada em meados de 2014, com validade a partir do exercício de 2015.

Buscando promover a democracia e a tão exigida transparência, a STN optou por oferecer periodicamente o resultado da revisão de cada capítulo para consulta pública. Todas as respostas recebidas serão analisadas e levadas em consideração na elaboração da versão final da 6ª Edição do MCASP.

2.5. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP)

Em 1967, passou a vigorar o Decreto Lei Nº 200, de 25 de fevereiro, que estabeleceu entre outras diretrizes, a criação de um novo Plano de Contas único para a Administração Direta Federal, na tentativa de padronizar a contabilidade governamental em nível federal (Nascimento, 2007).

Este plano é formado por um conjunto de contas previamente estabelecido, que permite obter as informações necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis.

Segundo Marion (2000 p.139):

É um agrupamento de ordenado de todas as contas que serão utilizados pela Contabilidade dentro de determinada empresa. Portanto, o elenco de contas considerado é indispensável para os registros de todos os fatos Contábeis.

Tem como objetivo atender, de maneira uniforme e sistematizada, o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade, proporcionar flexibilidade no gerenciamento e consolidação de dados, gerar informações necessárias à elaboração de relatórios e demonstrativos e facilitar a tomada de decisões e a prestação de contas dos que atuam na área pública.

A estrutura do plano é influenciada pela teoria das contas, que explica a representação e a classificação das contas contábeis, as quais são agrupadas de acordo com as suas funções, possibilitando identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas. Assim como acompanhar a execução orçamentária, evidenciando a receita prevista, lançada, realizada e a realizar, bem como a despesa autorizada, empenhada, liquidada, paga e as dotações disponíveis.

Mota (2006, p. 253) descreve que:

Em razão desse universo de atividades típicas e atípicas praticadas na administração pública, o seu plano de contas é bastante extenso, exigindo um alto nível de conhecimento dos ramos da Contabilidade, dada a complexidade da própria administração pública.

É necessário um plano de contas padronizado para a Federação, com metodologia, conceitos, e funcionalidades que o tornem versátil e abrangente, permitindo ao país obter informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais consolidadas pela esfera governamental, padronização dos registros contábeis das entidades do setor público e de todas as esferas do governo, controle do orçamento público, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade e a possibilidade de extração de informações que atendam aos seus usuários.

A portaria do STN nº 437, de 12 de julho de 2012, em seu art. 4º Aprova a IV parte da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que padroniza o plano de contas do setor público em âmbito nacional, adequando-o aos dispositivos legais vigentes e aos padrões internacionais de contabilidade do setor público.

O seu campo de aplicação abrange todas as entidades governamentais, exceto as estatais independentes, cuja utilização é facultativa. O PCASP deve ser utilizado por todos os poderes de cada ente da federação, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como pelas empresas estatais dependentes.

O PCASP é composto por: Tabela de atributos da conta contábil, relação de contas e estrutura padronizada de lançamentos que contém uma relação de lançamentos contábeis exclusivos do Setor Público que normatizam e orientam a sistemática de utilização do plano.

A partir da IV edição do MCASP, foi estabelecido um prazo para a adoção do PCASP e dos procedimentos contidos nele. A partir daí, ficou decidido que todos os entes da federação terão até o término do ano de 2014 para colocá-lo em prática.

2.6 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE GESTÃO FISCAL

Estudos anteriores têm sido realizados a fim de investigar a temática proposta neste estudo. Este tópico propõe-se em elencar algumas pesquisas na temática abordada. Diante disso, buscou-se realizar o levantamento bibliográfico de trabalhos recentes, no período compreendido de 2014 a 2023, para verificar novos métodos e discussões atuais, descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Estudos anteriores sobre Gestão Fiscal

Autor/es	Título da obra	Resumo dos achados
Santana Sediya, Gislaine Aparecida; Busanelli de Aquino, André Carlos; Brandão Lopes, Gabriela	A Difusão Das Mudanças Na Contabilidade Pública Em Municípios	O artigo analisa o efeito de rede na adoção obrigatória de mudanças na gestão financeira em municípios com baixa conexão com o centro da reforma. Foca na primeira fase da reforma da contabilidade pública, observando 8 prefeituras em Minas Gerais. A pesquisa revela que fornecedores de software são os principais difusores da reforma, enquanto contadores assumem uma postura passiva. O estudo discute as implicações dessas descobertas e sugere novas direções para futuras pesquisas sobre reformas semelhantes no Brasil.
Lino, André Feliciano	Reforma da contabilidade pública e dos tribunais de contas	A pesquisa analisa a legitimidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na normatização da contabilidade pública, o papel dos Tribunais de Contas na adaptação às Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS) e a preparação para Auditoria Financeira em municípios. A partir de 2009, a convergência para essas normas gerou a necessidade de estruturar a Auditoria Financeira e melhorar o

		Balanço do Setor Público Nacional (BSPN). A análise documental e 25 entrevistas revelam que os Tribunais de Contas têm incentivado a criação de Controles Internos nos municípios.
Pricila Calegari; Ana Paula Righes; Sandro César Bortoluzzi ; Eliandro Schvirck.	Adesão, Vantagens e Dificuldades na Adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná	A pesquisa investiga a adesão, vantagens e desafios da adequação às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASPs) em municípios da Região Sudoeste do Paraná. Utilizando uma abordagem exploratória, descritiva e quantitativa com questionários aplicados a contadores municipais, os principais resultados indicam que os contadores se sentem inadequadamente preparados e percebem falta de apoio dos gestores. Embora metade das prefeituras ainda não tenha aderido integralmente às novas normas, 89% esperam cumprir o prazo estipulado. A integração com normas internacionais é vista como a principal vantagem, enquanto a falta de qualificação dos funcionários é a maior dificuldade. Municípios maiores apresentam melhor preparo para a implementação.
Leandro Luís Darós; Adriano de Souza Pereira.	Análise Das Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público – Nbcasp: Mudanças E Desafios Para A Contabilidade Pública	Este artigo analisa as inovações introduzidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que reforçam o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei Federal nº 4.320/64. As normas promovem a eficácia na gestão fiscal ao introduzir conceitos como depreciação, regime de competência, contabilização de bens de uso comum e relatórios de fluxo de caixa, ampliando o foco da contabilidade pública para além da execução orçamentária.
Fernanda Filgueiras Sauerbronn,	Um Breve Panorama Histórico da Contabilidade Governamental no	Desde meados dos anos 2000, a contabilidade pública brasileira tem se transformado com a adoção de normas internacionais, liderada pela

Gecilda Esteves Silva	Brasil: em busca pelo 'novo' na Nova Contabilidade Pública	Secretaria do Tesouro Nacional e o Conselho Federal de Contabilidade. Este artigo revisa a evolução histórica da contabilidade pública no Brasil, desde o período colonial até hoje, destacando a implementação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e das Normas Brasileiras de Contabilidade. A pesquisa analisa se essas mudanças representam uma inovação ou a retomada de práticas contábeis anteriores, mantendo o foco no controle patrimonial e na prestação de contas, além do equilíbrio das contas públicas.
-----------------------	--	---

Fonte: Elaboração do autor (2024)

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

O tipo de pesquisa utilizada foi de natureza exploratória, pois o estudo se propôs aprofundar os conhecimentos sobre o processo de mudança pelo qual a contabilidade pública brasileira vive atualmente, com a adoção das normas internacionais de contabilidade.

De acordo com Gil (2009, p. 27),

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, buscando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Beuren (2008 p.80) destaca que:

Uma característica da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o estabelecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto.

Gil (2009, p.27), defende a ideia onde “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”.

Segundo Beuren (2008, p. 81),

O estudo exploratório apresenta-se como um primeiro passo no campo científico, a fim de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema, como a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa.

Quanto aos procedimentos para este estudo foram utilizadas duas técnicas: A pesquisa bibliográfica e o levantamento de campo (Survey).

Para contextualizar o estudo foi utilizada pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2009, p. 50) é a pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos acadêmicos que possibilitam a compreensão do tema. Martins e Theophilo (2007) definem que uma pesquisa bibliográfica tem como objetivo explicar e discutir determinado assunto, tema ou problema fundamentado em referências publicadas em diversas fontes.

De acordo com Cervo e Bervian (1983, p 55 *apud* Beuren, 2008, p.86) a pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa é composto por profissionais da Contabilidade que ocupam posições à frente das Gerências Executivas de Contabilidade e Finanças nos Órgãos Executivos do Estado de Alagoas no ano de 2024. Este universo foi escolhido por representar profissionais que podem ter sido influenciados pelas recentes mudanças na contabilidade pública. Para a coleta de dados, foi selecionada uma amostra de 24 profissionais por meio de uma amostragem estratificada, garantindo a representatividade proporcional. Os participantes foram contatados por e-mail e aplicativo de mensagem para preencher um questionário online. A coleta de dados ocorreu entre março e abril de 2024. Os dados foram analisados utilizando técnicas estatísticas descritivas e inferenciais para garantir que os resultados são representativos do universo de profissionais atuantes nos Órgãos Executivos do Estado de Alagoas.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo foi o *Google Forms*, uma ferramenta digital amplamente empregada para a elaboração e aplicação de questionários. O Google Forms foi escolhido devido à sua acessibilidade, facilidade de uso e capacidade de coleta e organização automática de respostas, permitindo uma análise eficiente dos dados. A plataforma possibilita a criação de formulários personalizados, com diferentes tipos de questões (como múltiplas opções, respostas abertas, escalas *Likert*, entre outras), adequando-se às necessidades do estudo e facilitando o processo de amostragem e análise.

3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados obtidos no questionário, as respostas foram tabuladas utilizando-se o programa *Microsoft Office Excel* 2016, formando um banco de dados. Através desse banco de dados, apresentaremos resultados que tangenciam a análise metodológica e prática da pesquisa, evidenciando aspectos que melhor representaram de forma gráfica as nuances de cada estudo realizado.

Para a parte prática deste estudo foi utilizado o levantamento de campo (survey) que de acordo com Gil (2009, p.55) caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Sendo assim, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante a

análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados, pois ainda segundo Gil (2010, p. 37) este é muito útil para o estudo de opiniões e atitudes.

Nesta pesquisa, foram utilizados questionários que segundo Lakatos e Marconi (2003) consiste na observação direta extensiva constituída por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito. Cervo e Bervian (2005), por sua vez, descrevem o mesmo como a forma mais utilizada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja.

Quanto à análise, constituiu-se uma pesquisa quantitativa por meio de estatística descritiva, que de acordo com Richardson (1999, p.70, apud Beuren, 2008, p.92) afirma que a abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais complexas.

Conforme Larson e Farber (2007, p.4), a estatística descritiva é o ramo que trata da organização, do resumo e da apresentação dos dados, esta foi utilizada para mostrar o percentual de respostas em relação a cada uma das questões presentes no questionário, elaborando uma tabela com as respostas obtidas.

O questionário é composto de duas partes distintas. A primeira, destinada a caracterização do respondente com dados como idade, sexo, ano de conclusão do curso e experiência profissional.

A segunda parte é destinada a verificar o conhecimento dos alunos em relação às questões envolvendo o processo de convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos Padrões Internacionais, bem como as relações entre esse processo e as atividades acadêmicas.

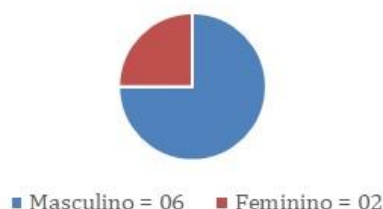
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo versa sobre a apresentação e análise dos resultados após a aplicação do questionário junto aos profissionais contábeis da área pública que atuam no Estado de Alagoas. A presente seção foi dividida em duas partes como segue:

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Gráfico 1 - Sexo dos Respondentes

Gênero dos Profissionais



A análise inicial apresenta o perfil dos participantes da pesquisa, observado que 25% são mulheres (2 entrevistados) e 75% são homens (6 entrevistados), conforme o Gráfico 1.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 2 - Faixa Etária dos Respondentes



O gráfico 2 revelou que 62,5% dos profissionais de Contabilidade Pública têm entre 31 e 40 anos, 25% têm mais de 40 anos e 12,5% têm entre 26 e 30 anos. A predominância de profissionais na faixa de 31 a 40 anos é vista como positiva devido à experiência e conhecimento consolidados, o que facilita a adaptação às novas normas. No entanto, essa experiência também pode ser uma desvantagem, pois pode gerar maior resistência.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

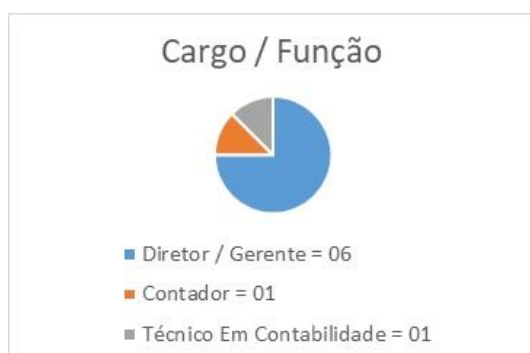
Gráfico 3 -Tempo de Atuação dos Respondentes



No Gráfico 3, observa-se que 50% dos entrevistados possuem entre 5 e 10 anos de experiência como contadores no setor público, enquanto 2 têm mais de 15 anos, exercendo atuação anterior às novas normas. Essa experiência é considerada positiva, contribuindo para a adaptação e compreensão.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 4 - Cargo/Função de Atuação dos Respondentes



No Gráfico 4, aproximadamente 75% da amostra, ou seja, seis entrevistados, indicaram ocupar cargos de direção, gestão, coordenação ou chefia do setor em instituições externas à Contabilidade Pública.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

4.2 LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO QUANTO A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO E O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

Gráfico 5 - Preparação antecipada dos Respondentes

Preparação Dos Profissionais



No gráfico 5, a amostragem de 62,5%, onde quinze (05) entrevistados fizeram parte de um grupo que passou por uma preparação antecipada com a implantação do NBCASP.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 6 - Formação de Grupo de Trabalho (GT) pela instituição



No gráfico 6, a amostragem de 62,5% (05) dos entrevistados informou que a instituição em que estão lotados não criaram grupo de trabalho (GT), logo quinze entrevistados.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

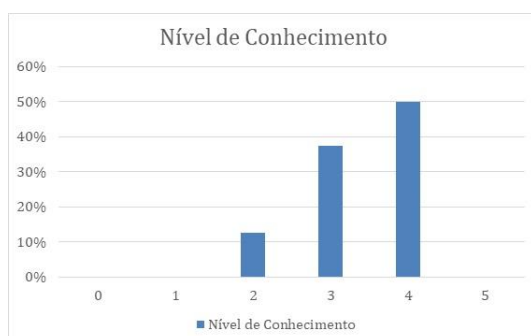
Gráfico 7 - Participação em Processo de Convergência às Normas Internacionais do IFAC



No Gráfico 7, 75% dos participantes (seis entrevistados) indicaram não ter participado do processo de convergência às Normas Internacionais do IFAC na instituição, enquanto 25% (dos entrevistados) afirmaram ter.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 8 - Nível de Conhecimento dos Respondentes Sobre o Processo

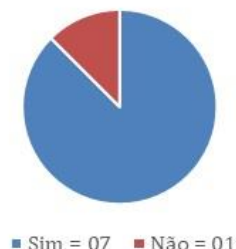


A amostragem trazida no gráfico 8, consta que 50% (quatro entrevistados) obtém um conhecimento de nível quatro.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 9 - Participação em Alguma Capacitação Sobre a Implantação

Participação em Capacitação

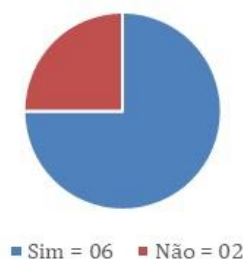


No Gráfico 9, 87,5% dos participantes, correspondendo a sete entrevistados, indicaram ter participado de palestras, seminários, minicursos ou oficinas de capacitação.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 10 - Capacitação foi Suficiente Para Esclarecimentos

Capacitação Foi Suficiente

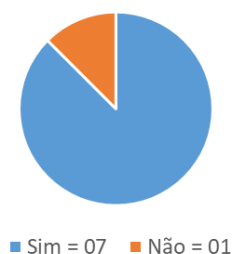


No Gráfico 10, observa-se que 75% dos participantes, ou seja, seis entrevistados, consideraram a capacitação ofertada pela instituição foi insuficiente.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 11 - Percepção de Otimização nos Processos Contábeis, após Implementação

Otimização nos Processos



No Gráfico 11, 87,5% da amostra, correspondente a sete entrevistados, dizendo que percebeu uma melhoria após a implementação da NBCASP.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 12 - Entrevistados Respondem Que Houve um Avanço No Setor Público Dentro Da Contabilidade Pública



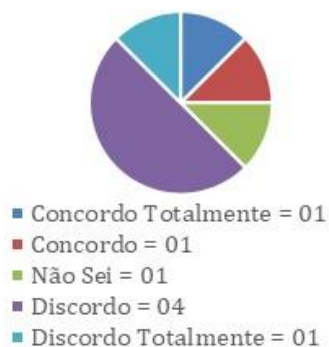
No Gráfico 12, 87,5% dos entrevistados, ou seja, sete participantes, confirmaram que houve um avanço na Contabilidade Pública, após a implementação.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Busque verificar se a implantação da NBCASP resolveria sérios problemas de contabilidade aplicada ao setor público, e, de forma unânime, para os entrevistados a resposta foi que “sim”.

Gráfico 13 - As aplicações das NBCASP foi uma meta difícil de ser alcançada

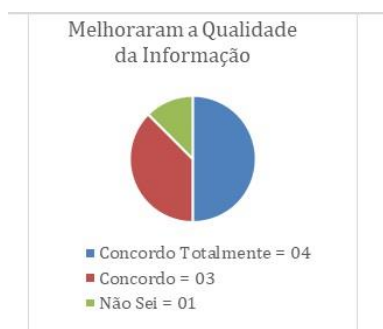
A Aplicação das NBCASP foi difícil de ser alcançada



No Gráfico 13, a maioria dos entrevistados, totalizando 50% (quatro participantes), discordou de que a meta seja difícil de ser alcançada. As demais opções de resposta receberam 12,5% cada, correspondendo a um entrevistado para cada alternativa de resposta.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 14 - As NBCASP conseguiram melhorar a qualidade da informação contábil



No gráfico 14, verifica-se que 50% (04) dos entrevistados concordam plenamente que com a implementação das NBCASP melhorou a qualidade da informação contábil.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

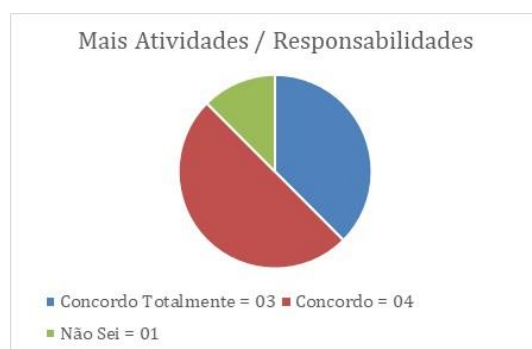
Gráfico 15 - O sistema/programa de contabilidade utilizado atende as mudanças exigidas pela NBCASP.



No Gráfico 15, 62,5% dos entrevistados, ou seja, cinco participantes, concordaram que o sistema/programa utilizado pelos órgãos em que estão lotados atendem a exigências das mudanças.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

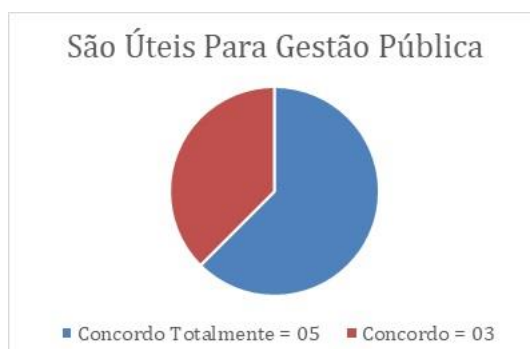
Gráfico 16 - NBCASP trouxeram muito mais atividades/responsabilidades para o profissional contábil no setor público



No Gráfico 16, 50% dos entrevistados concordam que as mudanças trouxeram mais atividades e responsabilidades para os profissionais do setor público, e com a soma dos que concordam totalmente, essa porcentagem sobe pra 87,5% (07 entrevistados).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

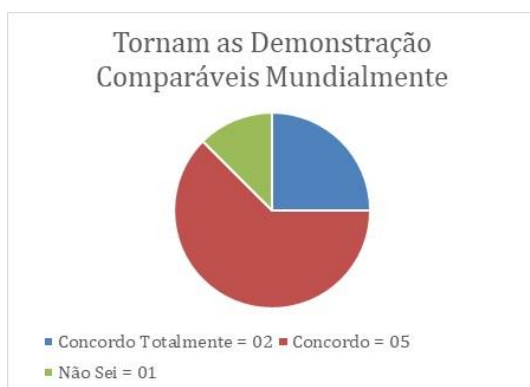
Gráfico 17 - As aplicações das NBCASP serão úteis para a gestão pública



No Gráfico 17, 62,5% dos entrevistados (05 participantes) concordam que a aplicação da NBCASP será útil para o desenvolvimento da gestão Pública.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 18 - As NBCASP tornam as demonstrações financeiras mais comparáveis em todo mundo



No Gráfico 18, 62,5% dos entrevistados (05 participantes) concordam que as implantações tornam as projeções financeiras mais comparáveis.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

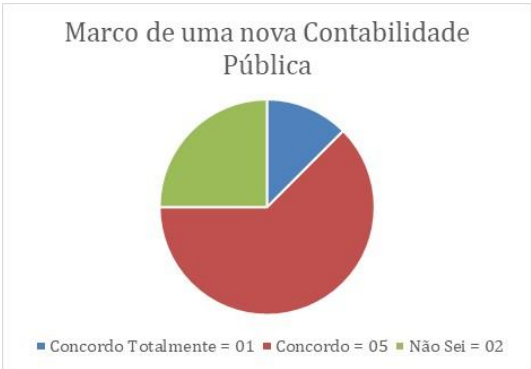
Gráfico 19 -As NBCASP contribuem para melhor transparência e confiabilidade das demonstrações contábeis



Buscou-se investigar se a implementação da NBCASP contribuiu para a transparência e confiabilidade das projeções contábeis. No Gráfico 19, observa-se que a maioria dos entrevistados, 75% (seis entrevistados).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

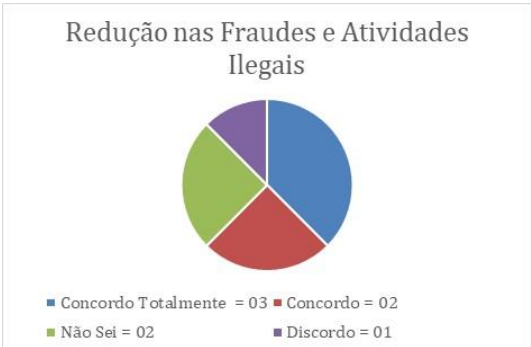
Gráfico 20 - As NBCASP representam o marco de uma nova contabilidade pública



No Gráfico 20, pode-se afirmar que, na maioria, os entrevistados concordam que a NBCASP representa um marco na contabilidade aplicada ao setor público. No entanto, dois participantes (25%) não sabem se concordam.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 21 - As aplicações das NBCASP vão reduzir as atividades ilegais, especialmente fraudes



No Gráfico 21, 62,5% dos entrevistados (cinco participantes) concordam ou concordam totalmente que a aplicação da NBCASP reduzirá as atividades ilegais/fraudes.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 21 - As mudanças em função da NBCASP valorizarão o profissional de contabilidade



No Gráfico 22, pouco mais da metade dos entrevistados concordam que essas mudanças valorizarão o profissional de contabilidade. No entanto, 37,5% (três entrevistados) não sabem se essa valorização acontecerá.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

Gráfico 22 - O processo de mudança para adequação das NBCASP tornou o trabalho do profissional mais complexo



No Gráfico 23, observa-se que os entrevistados estão divididos quanto à concordância de que o processo de implantação da NBCASP tornou o trabalho do profissional mais complexo.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) são um conjunto de diretrizes definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o objetivo de monitorar a Contabilidade Pública brasileira aos padrões internacionais. Essas normas introduziram uma nova abordagem à Contabilidade Pública, resgatando a essência da ciência contábil e colocando o patrimônio como o principal objeto de estudo, em contraste com a abordagem orçamentária, que dominou o cenário acima. As alterações promovidas pela NBCASP geraram impactos significativos na administração pública, que passaram a adotar novas diretrizes para ajustar seus conceitos, registros e procedimentos relacionados à elaboração

Neste contexto, o presente estudo visa analisar a adesão, as vantagens e as dificuldades na adequação à NBCASP dos profissionais da contabilidade nos órgãos do Estado de Alagoas. O objetivo principal foi o progresso por meio de uma revisão da literatura, identificando as principais mudanças trazidas pelas novas normas. Para examinar a adaptação dos profissionais e as dificuldades enfrentadas, foi elaborado um questionário, que foi enviado por meio de formulário online aos contadores. Para a concretização deste objetivo, foi necessário definir objetivos específicos que possibilitassem uma análise abrangente.

O primeiro objetivo específico foi identificar quais as mudanças propostas pelo processo de convergência aos padrões internacionais. Para compreender melhor os resultados, foi necessário conhecer o perfil dos contadores participantes da pesquisa.

De acordo com a pesquisa constatou-se que a maioria dos profissionais entrevistados é do sexo masculino, com idade entre 31 a 40 anos, todos com a devida formação acadêmica e qualificação para o exercício do cargo. A maior parte dos profissionais, contam com entre 5 e 10 anos de experiência no serviço público. Também foi identificado que a maioria dos entrevistados passaram por preparação para a mudança.

Já quanto aos órgãos a maioria dos entrevistados informou que não houve formação de grupo de trabalho referente as mudanças como também a maioria não chegou a participar diretamente do processo de convergência.

Com base nos dados do perfil apresentado, conclui-se que o processo de cumprimento das normas foi feito de forma gradual. O segundo objetivo específico foi investigar se os órgãos ofereceram treinamentos, palestras para atualizar o seu corpo técnico. A maioria dos entrevistados responderam que por mais que não tenham participado ativamente no processo

de convergência tiveram participação em alguma palestra ou seminário oferecido pelo órgão, no entanto a maioria também informou que a capacitação não foi suficiente para esclarecimentos sobre o processo de convergência. E ainda assim 87,5%, ou seja, sete dos entrevistados informou que houve uma percepção de melhoria nos procedimentos contábeis após a implantação das normas internacionais e esses mesmos concordam que a contabilidade pública teve avanço após essas mudanças.

O terceiro objetivo foi buscar saber qual e se os respondentes sentiram o impacto após a implementação das NBCASP. Foi unanimidade nas respostas que a implantação nas NBCASP resolveria alguns problemas da contabilidade aplicada ao setor público, entretanto 50%, ou seja, 04 dos entrevistados disse que acreditavam que as normas seriam uma meta difícil de ser alcançada no início, ainda 07 dos entrevistados concordaram que as normas conseguiram melhor a qualidade da informação contábil.

Houve ainda um questionamento se o sistema atual utilizado para a contabilidade atendia as mudanças exigidas pela NBCASP e a maioria dos entrevistados concordaram que sim. E a maioria também concordou que as mudanças geraram mais atividades e responsabilidades para o profissional contábil, houve unanimidade ao serem perguntados sobre a utilidade das NBCASP na gestão pública e que também contribuem para melhor transparência e confiabilidade das demonstrações contábeis. E houve também unanimidade ao serem perguntados se as NBACASP tornaram o trabalho dos profissionais contábil mais complexo.

Com base nas respostas obtidas, é possível concluir que, apesar das normas terem sido publicadas em 2008 e da sua obrigatoriedade inicialmente prevista para 2010, o processo de adequação foi um pouco lento, com ações prorrogáveis sucessivas, sendo a última iniciada no final do exercício de 2014. Isso foi em grande parte devido às dificuldades enfrentadas pelos contadores, com destaque para a falta de qualificação específica dos profissionais.

A análise das respostas, juntamente com a revisão da literatura, permitiu responder ao problema de pesquisa. Embora as dificuldades sejam evidentes, os benefícios da adequação à NBCASP são significativos, garantindo maior transparência e fidelidade nas projeções contábeis dos entes públicos, o que pode aumentar o interesse da sociedade na fiscalização da gestão pública.

Em conclusão, as NBCASP gerarão benefícios substanciais para a administração pública. A adesão às novas normas resultou em ganhos como maior confiabilidade nas informações contábeis, controle efetivo do patrimônio e melhoria na gestão pública. No entanto, é essencial o comprometimento dos gestores públicos, dos contadores e dos demais

profissionais envolvidos no setor contábil, assim como da população e dos órgãos fiscalizadores, para garantir o cumprimento das normas. Esta pesquisa foi uma contribuição significativa para aprofundar o conhecimento sobre a Contabilidade Pública e abrir caminho para novos estudos sobre o tema, considerando as constantes transformações no setor.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 2009.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 3ª ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2008.

BRUSCA, Isabel; CONDOR, Vincente. Towards the harmonisation of local accounting systems in the international context. **Financial Accountability & Management**, v. 18, n. 2, p. 129-162, 2002.

BRASIL, **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários [...]. Brasília: Presidência da República. [2009].

BRASIL, **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte[...]. Brasília: Presidência da República. [2007].

BRASIL. **Lei nº. 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasil, 1964. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 mar. 1964.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá providências. Brasil, 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 mai. 2000.

BRASIL. **Portaria nº. 184, de 25 de agosto de 2008 do Ministério da Fazenda**. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 ago. 2008.

CARLIN, Diego de Oliveira. **Considerações sobre o processo de convergência na contabilidade Pública Brasileira**. Revista do CRC RS Nº 08, Setembro de 2008.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fabio Moraes da. **Contabilidade Internacional**. São Paulo. Atlas, 2006.

CHOI, Frederick D.S; MEEK, Gary K. International accounting. 5. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

DARÓS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano de Souza. Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública. In. Congresso USP de Iniciação Científica, 6, 2009. Anais... São Paulo: USP, 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FORTES, João. **Contabilidade Pública**. 7º ed. Brasília. Franco e Fortes, 2002.

FEIJÓ, Paulo Henrique. Contabilidade Pública: desafios e perspectivas da convergência aos padrões internacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, Gramado.

FRANCO, Gustavo. *Transparência e governança na nova contabilidade pública*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2013.

IFAC. **International Federation of Accountants**. Disponível em: <www.ifac.org/>. Acesso em agosto de 2014.

JESUS, Maria Antónia Jorge de. **A Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional: Principais divergências e implicações no déficit público em Portugal**. 2010.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e US GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, p. 25-45, 2009.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública** 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2007.

LOPES, Alexsandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo. Atlas, 2000.

LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; DIAS, Juliana Cândida Ribeiro; RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Um estudo sobre a complementaridade do Fluxo de Caixa e do Balanço Financeiro após a aprovação da NBCASP 16.6 para o setor público. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS-ANPCONT, 4, 2010, Natal-RN. Anais... Natal: ANPCONT, 2010.

MATHIAS, José. **Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil**. 3º ed. São Paulo. Atlas, 2006.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso básico de Contabilidade pública**. 2º ed. Brasília. 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **A reforma da Contabilidade Governamental Brasileira: A necessária revisão dos preceitos vigentes em face das demandas de informações e do esforço de harmonização nacional e internacional**. Brasília. ESAF, 2007. Monografia premiada com o 3º lugar no XII Prêmio Tesouro Nacional-2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1ª ed. São Paulo. Atlas, 2008.
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Cartilha Nova Contabilidade e Gestão Fiscal**. Brasília. 2013.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. 1. ed. 4 reimpr.. São Paulo: Atlas, 2007. 165 p.

NASCIMENTO, José Orcélio do et al. A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. In: **Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**. 2015.

PICCOLI, Marcio Roberto; KLANN, Roberto Carlos. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). 2015.

SILVA, C. A.; NIYAMA, J. K. (org.). **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. 1º ed. São Paulo. Atlas, 2011.

SOARES, M.; SCARPIN, J. E. A convergência da contabilidade pública nacional às normas internacionais e os impactos na aplicação da DRE na administração direta. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 9, n. 27, p. 25-42, ago./nov. 2010.

SILVA, Lino Martins da. A normatização da contabilidade governamental: fatores críticos que impactam as informações dadas aos usuários das informações contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 1, n. 1, art. 3, p. 25-38, jan./fev., 2007.

LEMES, S.; OLIVEIRA, V. A. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 22, n. 56, art. 3, p. 155-173, 2011.

ZEFF, S. A. **Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality**. The British Accounting Review, v. 39, n. 4, p. 290–302, dez. 2007.

SEDIYAMA, Gislaine Aparecida Santana; AQUINO, André Carlos Busanelli de; LOPES, Gabriela Brandão. A Difusão das Mudanças na Contabilidade Pública em Municípios. Revista de Contabilidade Vista e Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, 78 Belo Horizonte, v. 28, n. 2, maio/ago.

IGHES, Ana Paula; CALEGARI, Pricila. Adesão, vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) nos municípios da região sudoeste do Paraná. 2014. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – NBCASP: MUDANÇAS E DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE PÚBLICA Leandro Luís Darós UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Adriano de Souza Pereira UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Fernanda Filgueiras Sauerbronn, Gecilda Esteves Silva .Um Breve Panorama Histórico da Contabilidade Governamental no Brasil: em busca pelo ‘novo’ na Nova Contabilidade Pública. Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI – GECONT.

APENDICE A – Formulário de Coleta de dados

Questionário: Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Percepção dos Profissionais Contábeis de Alagoas.

- 1) Gênero?
 - a) Feminino
 - b) Masculino
- 2) Faixa Etária?
 - a) Até 20 anos
 - b) De 21 a 25 anos
 - c) De 26 a 30 anos
 - d) De 31 a 40 anos
 - e) Maior que 40 anos
- 3) Quanto Tempo Atua na Contabilidade Pública?
 - a) 01 a 04 anos
 - b) 05 a 10 anos
 - c) 11 a 15 anos
 - d) Mais de 15 anos
- 4) Qual Cargo ou Função Você Ocupada Na Instituição?
 - a) Diretor/Gerente/Coordenador/Chefe
 - b) Contador
 - c) Técnico em Contabilidade
- 5) Sua instituição realizou algum processo de preparação antecipada aos servidores envolvidos na implantação das NBACASP?
 - a) Sim
 - b) Não
- 6) Sua instituição montou grupo de trabalho (GT) para implantação das normas internacionais?
 - a) Sim
 - b) Não
- 7) Participou do processo de convergência às Normas Internacionais do IFAC na Instituição?
 - a) Sim

- b) Não
- 8) Como classificaria seu nível de conhecimento sobre esse processo de convergência?
- a) 0
 - b) 1
 - c) 2
 - d) 3
 - e) 4
 - f) 5
- 9) Participou de alguma palestra, seminário, minicurso ou oficina sobre este assunto?
- a) Sim
 - b) Não
- 10) Você considera que a capacitação foi suficiente para esclarecer sobre o processo de mudança pelo qual passou a Contabilidade no Setor Público?
- a) Sim
 - b) Não
- 11) Percebeu uma otimização nos processos contábeis, após adoção às normas internacionais de contabilidade?
- a) Sim
 - b) Não
- 12) Você considera que as mudanças geraram um avanço no Setor Público, ao ponto de ser perceptível a transparência e lisura das informações geradas pela contabilidade pública?
- a) Sim
 - b) Não
- 13) As aplicações das NBCASP foi uma meta difícil de ser alcançada.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 14) As NBCASP conseguirão melhorar a qualidade da informação contábil.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei

- d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 15) O sistema/programa de contabilidade utilizado atende as mudanças exigidas pela NBCASP.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 16) NBCASP trouxeram muito mais atividades/responsabilidades para o profissional contábil no setor público.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 17) As aplicações das NBCASP serão úteis para a gestão pública.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 18) As NBCASP tornam as demonstrações financeiras mais comparáveis em todo o mundo.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 19) As NBCASP contribuem para melhorar a transparência e a confiabilidade das demonstrações contábeis.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo

- e) Discordo totalmente
- 20) As NBCASP representam o marco de uma nova contabilidade pública, mudando o foco da gestão orçamentária para gestão patrimonial.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 21) A aplicação das NBCASP vai reduzir as atividades ilegais, especialmente fraudes.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 22) As mudanças em função da NBCASP valorizaram o profissional de contabilidade.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente
- 23) O processo de mudança para adequação das NBCASP tornou o trabalho do profissional mais complexo.
- a) Concordo totalmente
 - b) Concordo
 - c) Não sei
 - d) Discordo
 - e) Discordo totalmente